



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Praça Des. Edgard Nogueira, S/N – Centro Cívico
TERESINA-PI – CEP: 64.000-830 – Fone: (86) 32167401

Ofício nº 278/2015/GAB-PRES

Teresina, 17 de ABRIL de 2015

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO FERREIRA FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Avenida Marechal Castelo Branco, 201, Bairro Cabral
CEP: 64.000-810 Teresina – PI
LOCAL

RECIBO DO DEPARTAMENTO

22-04-2015

Fernando Monteiro

Assunto: **Envio de Resolução – Projeto de Lei**

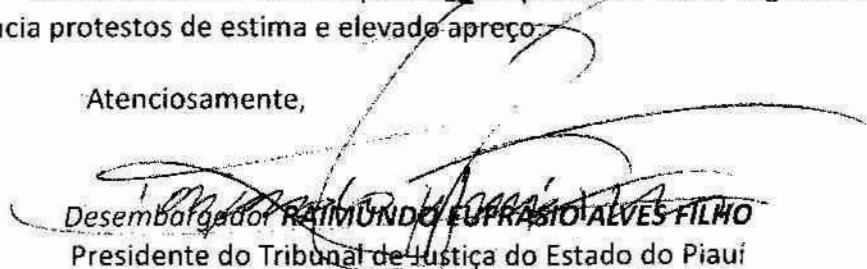
Senhor Presidente,

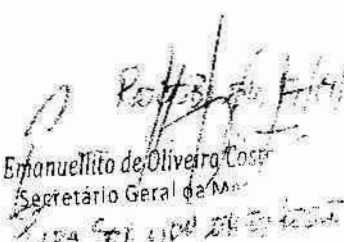
Encaminho a Vossa Excelência as **Resoluções abaixo relacionados, com os respectivos projetos de Lei**, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembleia Legislativa do Estado do Piauí:

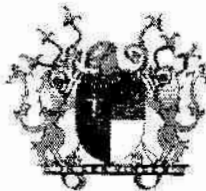
- **Resolução nº 007/2015** - Dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos servidores ativos, inativos e pensionistas, do Poder Judiciário do Estado do Piauí, e dá outras providências;
- **Resolução nº 008/2015** - Dispõe sobre o reajuste dos valores dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Piauí, e dá outras providências;
- **Resolução nº 009/2015** - Estende e institui aos servidores em exercício de cargo em comissão, símbolo PJG, do Poder Judiciário, o direito ao auxílio-saúde e, dá outras providências;

Ciente de contar com o apoio de sempre dessa Corte Legislativa, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


Desembargador **RAIMUNDO EURÁSIO ALVES FILHO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí


Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Assembleia



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Estende e institui aos servidores em exercício de cargo em comissão, símbolo PJG, do Poder Judiciário, o direito ao auxílio-saúde e, dá outras providências.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista soberana deliberação do Plenário e, ainda,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, prevista no art. 99, da Constituição Federal, e no art. 113, da Constituição do Estado do Piauí;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º e 7º, XXXIV, da Constituição Federal, que constitui a saúde um direito social e a igualdade de direitos.

CONSIDERANDO a necessidade de dar maior segurança e de resguardar melhores condições, no trato da saúde física e mental, dos servidores em exercício de cargo em comissão do Poder Judiciário, e da possibilidade orçamentária disponível para o exercício financeiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em Sessão Plenária Extraordinária, de caráter administrativo, realizada em 16 de abril de 2015, e encaminhar à Assembleia Legislativa o anexo Projeto de Lei Complementar, propondo a concessão do auxílio-saúde aos servidores, em exercício de cargo em comissão do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina-PI, 16 de abril de 2015.

DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
PRESIDENTE

DES. FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
VICE-PRESIDENTE

DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
DES. LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO
DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA
DESA. EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO PINHEIRO
DES. JOSÉ JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
DES. FERNANDO CARVALHO MENDES
DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM
DES. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO
DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
DES. ERIVAN JOSÉ DA SILVA
DES. PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA MACÊDO
DES. JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO
DES. HILO DE ALMEIDA SOUSA
DES. RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS
DES. OTON MÁRIO JOSÉ LUSTOSA TORRES
DES. FERNANDO LOPES E SILVA NETO



MINUTA DE LEI

LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 22 DE MAIO DE 2015.

LIDE - EXPEDIENTE

Em, 27, 04, 2015

Fernando Monteiro

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 3.716, de 12 de dezembro de 2012, instituindo o auxílio-saúde aos servidores em exercício de cargo em comissão, símbolo PJG, do Poder Judiciário do Estado do Piauí, e dá outras providências.

11.000.000.000

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – A assistência à saúde dos servidores em exercício de cargo em comissão, símbolo PJG, do Poder Judiciário, será prestada na forma de auxílio financeiro, denominado de auxílio-saúde.

Parágrafo único. O reajuste previsto no caput deste artigo não incide sobre às demais vantagens remuneratórias.

Art. 2º – O auxílio-saúde tem natureza indenizatória e não está sujeito a tributação do imposto de renda e da contribuição previdenciária, sendo o seu valor fixado por ato do Presidente do tribunal de Justiça, a quem competente também a sua correção, anualmente.

Parágrafo único. Os valores do auxílio podem ser diferenciados por faixa etária.

Art. 3º – As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário e sua implantação fica condicionada ao atendimento dos recursos e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2015.



PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), ____ de ____ de 2015

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO